

Dívida pública cresce 61% e chega a 175 bi

Aumento causado por juros. entrada de capital externo e assistência a bancos frustra meta do BC

Editoria de Arte

Adriana Chiarini

• **BRASÍLIA** A dívida em títulos do Governo Federal cresceu 61,3% esse ano até novembro. Em dezembro de 1995, o saldo estava em R\$ 108,486 bilhões e atingiu R\$ 175,189 bilhões no mês passado. O aumento de R\$ 67,7 bilhões surpreendeu o Banco Central, admitiu o chefe do Departamento Econômico, Altamir Lopes, frustrando a meta de expansão da dívida interna para o ano. As três principais causas do crescimento foram o pagamento dos juros, a entrada de capital externo e os empréstimos do BC aos bancos (redesconto e Proer).

Para evitar que o ingresso de recursos do exterior, as liberações do BC para os bancos e outros fatores provocassem um grande aumento do dinheiro em circulação, o Governo emitiu R\$ 31,9 bilhões em papéis até novembro. Os outros R\$ 35,7 bilhões do aumento da dívida são referentes aos juros.

Essas pressões já vêm provocando forte endividamento desde o segundo semestre de 95. A dívida efetiva, que não inclui os títulos federais emitidos em troca de papéis estaduais, subiu de 7,5% do PIB, em junho de 95, para 18,2% no mês passado.

Só no mês de novembro, crescimento foi de 5,8 bi

As metas monetárias previam que o crescimento da dívida, somado ao do dinheiro em circulação (base monetária ampliada), fosse de 41,6% no ano. No entanto, essa variação em 12 meses chegou a 51% em novembro. O excedente se deve exclusivamente ao crescimento da dívida. Já o aumento do volume de dinheiro em poder das pessoas e nas reservas bancárias (base monetária restrita) foi de apenas 0,7% em 12 meses, tendo ficado dentro das previsões do Governo.

Em novembro, a dívida aumentou R\$ 5,8 bilhões. Desses, R\$ 3,2 bilhões foram títulos emitidos para diminuir os efeitos monetários da entrada em circulação de cerca de R\$ 5,9 bilhões liberados pelo redesconto do BC para os bancos e de mais R\$ 1,023 bilhão trocado por dólares que chegaram do exterior. O aumento dos recolhimentos R\$ 2,6 bilhões em juros também influíram para o crescimento da dívida.

O endividamento influi diretamente no desequilíbrio das contas públicas. Sem os juros da dívida, o Governo teria acumulado este ano até outubro um superávit de R\$ 2,9 bilhões, correspondentes a 0,48% do PIB. Como teve que pagar R\$ 18,9 bilhões em juros, porém, esse superávit, chamado pelos economistas de resultado primário, transformou-se em um déficit nominal de R\$ 15,9 bilhões, ou 2,56% do PIB.

O mesmo aconteceu com estados, municípios e estatais. No se-

tor público como um todo, as despesas, sem contar os juros, superam as receitas em apenas R\$ 201 milhões (0,02% do PIB). Esse déficit sobe para R\$ 37,4 bilhões (6,01% do PIB) quando se acrescentam os R\$ 37,2 bilhões de juros devidos de janeiro a outubro (5,99% do PIB).

Em relação ao PIB, os resultados são moderadamente melhores que os acumulados até o mês anterior, quando o déficit primário estava em 0,06% (R\$ 394 milhões) e o nominal em 6,06%. Des-

contada a inflação, o déficit ficou em 3,98% do PIB. Estes resultados, no entanto, ainda estão muito longe da previsão inicial do Governo de ter um déficit do setor público em torno de 2,5% do PIB, ao se descontar a inflação.

Quando se falava em déficit de 2,5% do PIB não se contava que a situação dos estados fosse tão caótica — disse Lopes.

De acordo com Lopes, no início de 96 o Governo não sabia da real situação financeira dos estados e não esperava dar financiamentos

para a reestruturação fiscal, como os empréstimos para programas de demissões voluntárias.

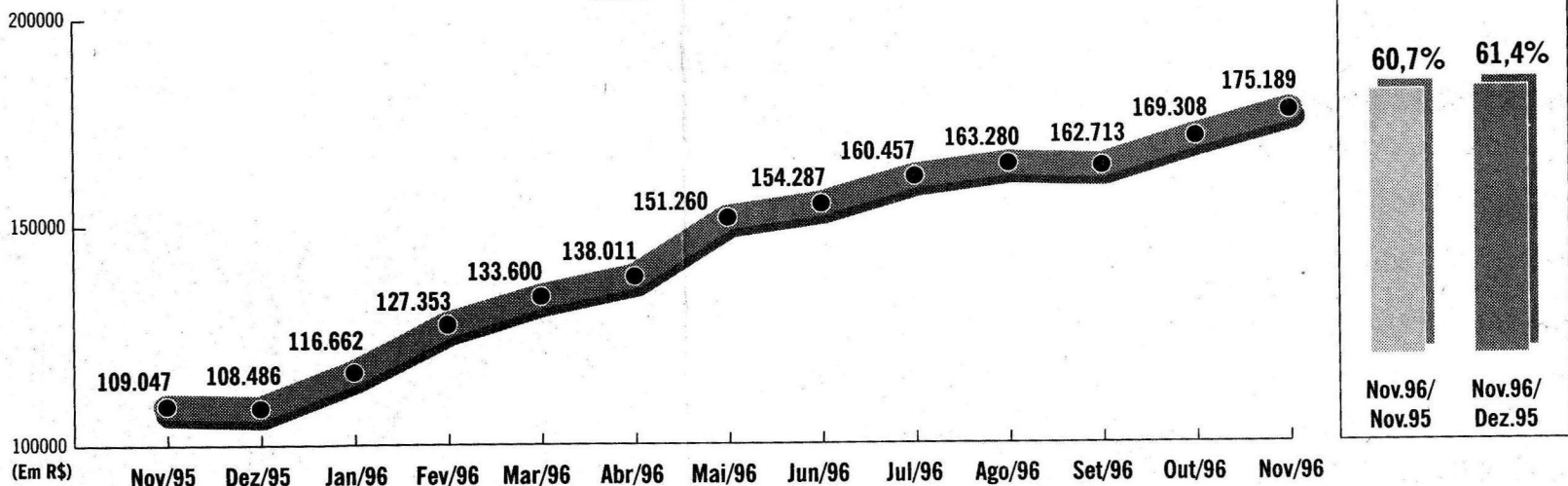
O superávit primário do Governo acumulado no ano diminuiu de R\$ 3,437 bilhões para R\$ 2,937 bilhões, o que corresponde a uma piora de 0,62% para 0,48% do PIB. Com isso, o déficit nominal também piorou de 2,42% do PIB em setembro para 2,56% em outubro. No caso das estatais, o superávit primário acumulado no ano dobrou em relação ao PIB — de 0,15% para 0,31% — e mais que

dobrou em reais, passando de R\$ 841 milhões em setembro para R\$ 1,9 bilhão em outubro. Isso ajudou a, mesmo com os juros, baixar o déficit das estatais de R\$ 3,1 bilhões (0,55% do PIB) para R\$ 2,4 bilhões (0,40% do PIB).

Apesar de resultados nominais e primários um pouco melhores, no conceito operacional (que desconta a inflação), o déficit em relação ao PIB aumentou de 1,88% em junho para 2,12% em setembro e 2,17% em outubro, devido à alta dos juros reais. ■

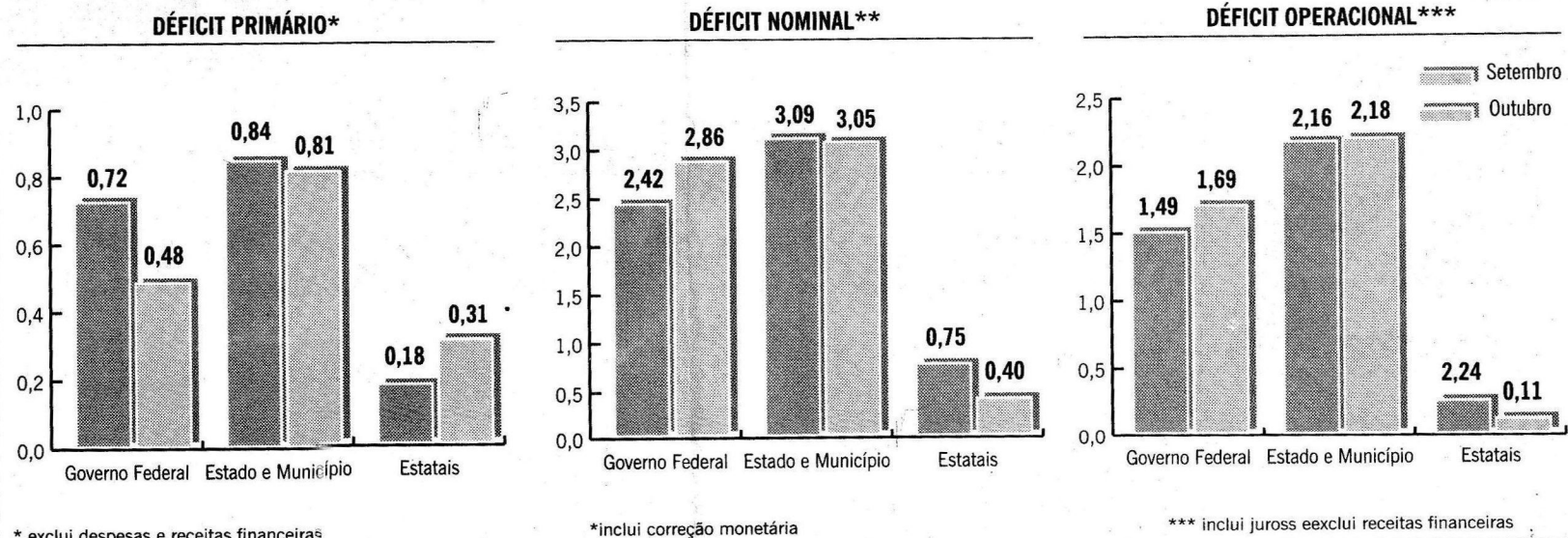
A EVOLUÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNO

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EFETIVA



FONTE: Banco Central

QUADRO COM EVOLUÇÃO DO DÉFICIT PÚBLICO - POR SEGMENTO - (% PIB) - 1996



* exclui despesas e receitas financeiras

** inclui correção monetária

*** inclui juros e exclui receitas financeiras